PENSANDO A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: refletindo sobre a permanência em um jovem projeto de pesquisa, seus estudantes e produções

Mariana de Oliveira Barros[1]

Brena da Silva Ferreira[2]

Ana Claudia da Silva de Araújo[3]

Simone Eliza do Carmo Lessa[4]

RESUMO: Neste artigo apresentamos nosso grupo de pesquisa, o NEEAE[1] (Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil) e suas atividades. Temos como foco o estudo da educação brasileira, como política pública e como relação social e, neste caminho nos debruçamos sobre a experiência da assistência estudantil, com destaque para o estado do Rio de Janeiro. Em nosso cotidiano trabalhamos coletivamente com o NUMAR (Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura) outro grupo que tem a assistência estudantil como objeto. Nesta análise apresentaremos breve perfil das assistentes sociais atuantes na assistência estudantil no Rio de Janeiro, realizado em conjunto com o NUMAR. Também apresentaremos resumo dos nossos *clippings* mensais, relativos ao período do isolamento social (março a setembro). Estes tratam de uma conjuntura complexa que influencia o desenvolvimento da nossa pesquisa e a efetivação da assistência estudantil. Entendemos que os *clippings* expressam temas de relevância neste momento, daí seu destaque.

Palavras-chaves: Educação, Pesquisa, Assistência Estudantil

ABSTRACT: In this article we present our research group NEEAE and its activities. Our focus is brazilian education as a public policy and, through it, we review our experiences in student welfare, particularly in Rio de Janeiro. Our routine involves collaborating with NUMAR, another group dedicated to student welfare. In our analysis we present a brief profile of the social workers focusing on student welfare in Rio de Janeiro, a collaboration with NUMAR. We also present concisely our monthly clippings dealing with the period of social isolation (March through September). It is a complex situation that influences the development of this project and the realization of

1 Faculdade de Serviço Social da UERJ; Estudante; marianabarros560@gmail.com;

2 Faculdade de Serviço Social da UERJ; Estudante; ferreirabrena6@gmail.com;

3 Faculdade de Serviço Social da UERJ; Estudante; anaclaudia.araujo1@gmail.com;

4 Faculdade de Serviço Social da UERJ; Doutora; elizasimone@gmail.com

student welfare. We deem the clippings to express relevant themes from current events, therefore they are emphasized.

Key-words: education, research, student assistance

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a universidade pública tem em seu eixo estruturador o ensino, a pesquisa e a extensão como ações articuladas que ampliam a sua qualidade formativa e que devem viabilizar ao estudante uma formação de horizonte amplo e diverso. Também sabemos que usufruir da universidade em todas as suas possibilidades – participando além das ações citadas, de atividades culturais, esportivas, de lazer, políticas – é algo complexo, visto que conciliar a formação com condições de vida e trabalho, pode ser um desafio[2].

Neste sentido, ter um grupo de pesquisa atuante, em um curso exclusivamente noturno, com maioria de estudantes mulheres trabalhadoras formais e informais, cotistas[3], DADOS DATA UERJ, negras, algumas delas mães, com trajetórias educacionais desafiadoras, deve servir também para estimular sua permanência com qualidade. Portanto, queremos pensar nas potencialidades dessa experiência.

Entendemos que a permanência com qualidade[4] é uma experiência que demanda, muitas vezes, suporte financeiro, pedagógico, psicológico, valorização de redes de convivência e de espaços de pertencimento e de identidade.

Temos construído o NEEAE desde 2016, pensando em assistência estudantil e em permanência de qualidade. Para tanto, buscamos articular ensino, pesquisa e extensão, dando prioridade a estudantes dos primeiros períodos da

[2] O FONAPRACE, em sua pesquisa de perfil publicada em 2019, nos diz que 70,2% dos estudantes da rede federal superior, possuem renda *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos. Também na UERJ, a universidade pioneira das cotas

[3] Em pesquisa realizada pela Faculdade de Serviço Social da UERJ acerca de seus estudantes no período da pandemia, observamos que entre nossos alunos, houve perda de renda entre 10% a 75%, comparada ao período anterior ao isolamento social. Além disso, 60,5% precisaram lançar mão do auxílio emergencial (ALENCAR, BONFIM e SCHEFFER, 2020).

[4] Denominamos permanência de qualidade aquelas experiências em que não somente o estudante permanece e conclui o curso, mas o faz com participação nas atividades extra sala de aula (pesquisa, extensão, eventos, movimentos sociais, esporte, lazer, por exemplo) e em condições adequadas para o aprendizado, a partir da possibilidade de tempo e de suporte para estudo.

graduação, pensando que a vinculação ao curso e o entendimento do que é a universidade, devem acontecer nos momentos iniciais da formação.

Pensar a assistência estudantil como instrumento fundamental, mas não único, para a garantia da permanência dos estudantes nos espaços escolares e universitários, em defesa da educação pública de qualidade, em especial para a juventude pobre, é o que o nosso objeto de estudo na política educacional. Entendemos que falar de acesso e de permanência com qualidade é fundamental, especialmente em um país em que o direito à educação é um fenômeno tardio, frágil e incompleto e onde a universalização desse direito não ocorreu.

Estamos na segunda formação de estudantes-pesquisadores do NEEAE que é, hoje, composto por uma assistente social docente e cinco alunas da Graduação em Serviço Social da UERJ, entre bolsista de Iniciação Científica e voluntárias (algumas cotistas). Entendemos que a bolsa é fator relevante na permanência dessas estudantes na Universidade, mas não é único, pois o apoio pedagógico, a vivência no ambiente universitário, o aprendizado, os laços de amizade e o trabalho coletivos, proporcionado pelo grupo são essenciais.

Todas as estudantes se comprometeram com a pesquisa, à princípio, por admiração e interesse pelo tema abordado e como forma de ampliação de conhecimento. Vale lembrar que o grupo também participa da atividade extensionista “Alcançar o Cotista”[5] e entende que a articulação dos temas acesso e permanência na educação superior é elemento motivador dos estudos, visto expressam conteúdos que dialogam com as suas próprias trajetórias de vida.

Neste sentido, como é peculiar no campo das Ciências Sociais, somos sujeitos pesquisadores em interlocução e intensa aproximação do objeto estudado. Somos sujeitos pesquisando em intensa relação de identificação com os pesquisados, como nos diz Prates (2012). Além de tudo, somos todas mulheres, em nossas múltiplas jornadas de vida e trabalho, ampliadas pelo contexto de isolamento social (CEPAL, 2020).

[5] Organizado em 2014 o projeto de Extensão Alcançar o cotista apresenta a política de cotas da UERJ (mas não somente) aos potenciais cotistas, junto a escolas públicas e cursos pré-vestibulares comunitários.

Feitas a apresentação do artigo e do NEEAE, destacaremos neste texto dois resultados do nosso trabalho: os dados iniciais da nossa pesquisa realizada no território fluminense, ainda em curso, intitulada "Assistência Estudantil: sentidos, potencialidades e limites", iniciada em 2017, em parceria com o NUMAR[6], atualmente em fase de conclusão de relatório. O material foi coletado entre os anos de 2017 e 2019 e diz respeito ao perfil das assistentes sociais atuantes nesta política no Estado do Rio de Janeiro (capital, região metropolitana e região norte fluminense). Além disso, apresentaremos atividades do nosso cotidiano: levantamentos periódicos dos temas de destaque no campo da assistência estudantil materializados em nossos *clippings* mensais, em especial os elaborados na pandemia, de março a setembro, considerando que o isolamento social e o contexto sanitário em muito influenciam as políticas em curso e com a assistência estudantil não seria diferente. Entendemos que esse cotidiano de trocas e aprendizados contribui com a formação e com a permanência estudantil.

2. DESENVOLVIMENTO:

A motivação do estudo realizado pelo NUMAR e NEEAE vem da relevância de tratarmos da política educacional, de acesso, permanência e da assistência estudantil de modo especial, em um momento tão complexo em que regressões orçamentárias e de censura estão em curso nas instituições que produzem ciência e estimulam o pensamento crítico. Somos profissionais de Serviço Social com experiência na educação básica e superior, trabalhando as questões do acesso e

[6] Nos encontros acadêmicos e nas militâncias da vida o Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (NUMAR)[6] e o Núcleo de Estudos da Educação e da Assistência Estudantil (NEEAE)[6] se encontraram. Somos dois grupos de pesquisa cariocas, vinculados a diversas instituições públicas do campo educacional, a saber: Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

da permanência[7]. Somos também estudantes, em suas vivências iniciais na vida universitária e na pesquisa, experimentando também os desafios da permanência. Trata-se, portanto, de um grupo que não somente pesquisa, mas que defende e propõe melhorias nas políticas de acesso e permanência, como instrumentos de enfretamento da desigualdade educacional. Outro elemento relevante é que esta política emprega um número significativo de assistentes sociais nas redes de educação básica e superior, sendo este, um dos espaços ocupacionais que mais se expandiu nos últimos anos (PRADA e GARCIA, 2017). Além disso, a assistência estudantil é um programa estratégico politicamente, dotado de grande visibilidade nas instituições formadoras, portador de demandas sociais e pedagógicas que ainda precisam ser atendidas e de entendimentos diversos acerca de seu papel. Assim, estudá-la, identificando suas potencialidades e lacunas é tarefa essencial.

Essa política foi reorganizada em formato de decreto em 2010 (7234/2010) – sem desconsiderar seu lastro histórico anterior -- e apresenta estrutura frágil do ponto de vista legal, sendo ainda demandatária de ampliação das equipes, de melhoria nas condições de trabalho, de financiamento, de canais de controle social, de maior visibilidade e de ampliação do diálogo com o público atendido. Estamos, portanto, diante de um objeto relevante, desafiador, em movimento, que solicita estudos e que, além de tudo, está sendo atacado em um contexto conturbado da política educacional[8].

A teoria orienta nossas reflexões e análises é o marxismo, por sua capacidade observação e crítica da sociedade capitalista em sua historicidade, totalidade, dinamicidade, contradições, bem como pela possibilidade de reconstruir as múltiplas e intrincadas determinações e mediações que compõem o nosso objeto (MARX, 1985). Nosso objeto se expressa em uma totalidade complexa, que se materializa em um país periférico na economia internacional, de longa tradição

[7] Atuamos em uma universidade pública estadual há 25 anos, 10 destes com estudantes da educação básica com demandas no campo da permanência.

8 O MEC teve quatro ministros em dois anos do atual governo, todos envolvidos em polêmicas diversas, desde a frágil gestão de um Ministério grande e complexo, com impactos no ENEM e no SISU, até a apresentação de informações imprecisas em seus currículos, passando por posicionamentos inadequados, confessionais e mal escritos em redes sociais.

colonial e escravista, que desenvolve políticas educacionais tardias, em uma realidade extremamente desigual, em que o direito à educação ainda está localizado no nível fundamental, já que não universalizamos o Ensino Médio e muito menos a Educação Superior (BRASIL, CENSO EDUCACIONAL, 2019)[9]. Para compreensão do nosso objeto é preciso considerar, ainda, os sentidos da política educacional e da assistência estudantil, o quando e o porquê se estruturam ações de acesso e permanência[10], pensando ainda na sua importância social, cultural e econômica das instituições formadoras, seus trabalhadores e público usuário. Decerto, as condições de acesso e permanência nos espaços de formação são mediadas pelas desiguais e precárias condições socioeconômicas de longas faixas populacionais.

Importante destacar, ainda, como foi realizada a coleta de dados da pesquisa, dos quais extraímos o perfil que ora apresentamos. Pensamos em um formato que pudesse nos aproximar das equipes, visto que também somos assistentes sociais com experiências neste campo. Assim, foram realizados contatos institucionais, seguidos de envio de carta em que apresentávamos nossa proposta de estudo. A seguir, encaminhávamos questionário individual a ser preenchido *on line*, a partir de ferramenta de internet (o perfil das profissionais foi daí elaborado). O próximo passo era a divulgação da pesquisa junto à categoria e a realização de visita institucional, momento em que aplicávamos um questionário coletivo, presencialmente, tratando das condições de trabalho. Na ocasião, apresentávamos também o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido aos pesquisados. Nas visitas institucionais realizávamos Roda de Conversas sobre temas levantados anteriormente junto às assistentes sociais. O contato com o

[9] Segundo o Censo Educacional (2019) houve redução de matrículas, da ordem de 8% no nono ano do Ensino Fundamental, bem como no Ensino Médio. Somente 9% dos estudantes do EF permanecem na escola por 07 horas diárias. Além disso, a distorção idade série cresce do terceiro ano do EF em diante, atingindo 16,2% dos estudantes no EF e 26,2% no EM. De fato, é um quadro desolador.

[10] Sem querer esgotar o tema em uma nota, é importante destacar que ações no campo da permanência estão expressas desde os anos 1929 com a criação da Casa do Estudante, em 1931 com o Estatuto das Universidades, passando pelas experiências dos Departamentos de Apoio Estudantil nas universidades federais, desde os anos 1950 (REVISTA FONAPRACE,2012). É importante considerá-las em suas conjunturas econômicas, sendo fruto de lutas sociais por direitos e como elementos de conciliação na luta de classes.

objeto foi feito cuidadosa e respeitosamente, ao longo de dois anos de trabalho. No próximo ponto faremos a apresentação do perfil profissional das assistentes sociais, já sistematizado.

2.1 – APRESENTAÇÃO DE DADOS DA PESQUISA NUMAR-NEEAE: O PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ATUANTES NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Nesta abordagem inicial foram analisados 50 questionários individuais, relativos a 08 instituições de formação básica e superior da rede federal (4 universidades e 4 instituições que atuam na educação básica e superior)[11], de um total de 10 organizações no estado do Rio de Janeiro que praticam programas de assistência estudantil (8 federais e 02 estaduais). Nestes números não estão incluídas as instituições estaduais. As categorias de análise destacadas por ora são: gênero, etnia, idade, tempo de formação, tempo de experiência na área, vinculação empregatícia e participação política. Tais dados foram levantados nos citados questionários individuais, que nos dão elementos para pensar quem são os profissionais que implementam a assistência estudantil hoje, no Rio de Janeiro.

Chegamos a 61,7% do total de assistentes sociais atuantes na Assistência Estudantil das Instituições Federais de Ensino - IFEs do estado do RJ[12]. Destaca-se que os questionários individuais foram enviados eletronicamente para o *e-mail* de cada profissional, a partir de listagem obtida nas instituições, junto às colegas. Apesar da boa adesão, consideramos que o envio de questionário por meio eletrônico pode ser um dificultador das respostas, diante de vidas corridas e do excesso de trabalho, como é o caso das assistentes sociais. Por outro lado, esse formato, facilita o acesso a um maior número de profissionais.

Feitos esses destaques sobre a pesquisa, vamos aos dados: seguindo a tendência geral da profissão, há uma predominância feminina entre as assistentes

11 Foram realizadas 09 visitas, em 08 instituições, pois a primeira atividade foi a de apresentação da pesquisa, sem aplicação de questionário.
12 Hoje estimamos a presença de aproximadamente, 100 profissionais, o que ainda nos dá excelente amostra de dados.

sociais entrevistadas (94%). Soma-se a isso, o fato de que nas instituições educacionais, nas tarefas que envolvem atenção ao estudante, a presença feminina também se mostra importante, historicamente.

No quesito raça-cor há predominância das assistentes sociais autodeclaradas como negras e pardas (56%), revelando uma tendência já detectada pelo IBGE (2018) – de que entre 2016 e 2017 houve crescimento de 6% entre os que se autodeclaram pretos e pardos. Este dado também pode indicar a possibilidade de uma reflexão mais aprofundada sobre a condição de etnia por parte dos profissionais atuantes na assistência estudantil, junto ao seu público usuário. Este tema é bastante importante em instituições de formação, especialmente as que praticam cotas – bem como assunto essencial para as profissionais, visto que a questão racial é importante expressão da questão social, já que a pobreza no Brasil tem cor - preta. Além disso, como nos informa o FONAPRACE (2019) 51% dos estudantes da rede federal se autodeclaram negros e pardos. Como desdobramento deste fato, pensamos na riqueza de experiências que estes profissionais podem conduzir sobre o tema etnia, na medida em que eles mesmos se veem como negros.

No quesito idade observamos que são profissionais, em sua maioria, jovens na idade e no tempo de experiência na profissão. A maior concentração etária está na faixa de 31 a 35 anos (44%), seguida daquela situada entre 36 a 40 anos onde temos 20% das respondentes. Na totalidade do grupo, 48% concluíram a formação entre 2006 e 2010, seguido do grupo concluinte entre 2011 e 2015 (22%). Em outras palavras, 66% das respondentes são formadas a partir de 2006, ocasião em que a profissão já havia solidificado reflexões mais críticas e aprofundadas sobre a realidade social e tinha dado visibilidade e centralidade em seu Projeto Ético Político na formação profissional. Trata-se, desta forma, de equipes profissionais jovens, que possuem formações embasadas no pensamento crítico. Também é um grupo que viveu a ampliação dos processos democráticos dos anos 10 do século XXI (ainda que na democracia burguesa) e do acesso à educação, especialmente na rede federal, ainda que esta tenha sido feita de forma frágil, em espaços por

vezes pouco adequados, com *déficit* nas equipes profissionais, caracterizando uma expansão precarizada (LIMA, 2012).

Em termos de origem de instituição de formação das assistentes sociais, temos 88% oriundos de universidades públicas, 12% privadas, todas presenciais. O questionário nos revela, ainda, que estamos diante de equipes em suas primeiras experiências de exercício na profissão, sem outros vínculos empregatícios, concursadas em sua totalidade, lotadas em instituições que possuem planos de carreira, o que pode ser um elemento impulsionador da continuidade nos estudos. São estatutárias o total de assistentes sociais – elemento louvável, especialmente nesta conjuntura de precarização de vínculos. Os salários estão na faixa entre 4800 a 6000 reais, especialmente, o que merece destaque em uma realidade de precarização das remunerações.

Estes dados associados, configuram uma experiência pouco comum em tempos regressivos no mundo do trabalho, onde a marca dos vínculos precarizados, terceirizados, os baixíssimos salários e as múltiplas dificuldades em relação à possibilidade de qualificação profissional, têm sido a tônica. Neste sentido, levantamos como hipótese que temos hoje, na assistência estudantil federal, profissionais com níveis elevados de qualificação profissional e salários de melhor qualidade, se comparados a outras políticas. Assim, estamos diante de jovens sujeitos profissionais que chegaram a instituições educacionais que se democratizavam no acesso, algumas delas novas, em um contexto de ampliação da educação para menos (ALGEBAILE, 2009).

Em relação ao tempo de experiência profissional na política de educação, predominam aqueles que possuem mais de 4 anos na área, o que nos mostra que estamos diante de um grupo de profissionais que são contemporâneos à estruturação da Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), ou seja, são assistentes sociais contratados para esta então, ascendente política (que acaba de completar dez anos de existência).

Em termos de formação, são profissionais que possuem, no mínimo, uma especialização (14 deles), 13 possuem mestrado e 1 possui doutorado, totalizando

56% de profissionais com pós-graduação, o que nos pareceu bastante significativo. Importante ressaltar que não consideramos as formações em curso, portanto, o número de pós-graduados pode ser ampliado. Além das condições propiciadas pelo tipo de vínculo empregatício estável, pois todos são servidores públicos, o nível de qualificação dos profissionais é estimulado pelo próprio plano de cargos e salários presentes ainda hoje nas instituições federais, mas sob intenso ataque. Por outro lado, a qualificação não se reflete na participação política das assistentes sociais, pois apenas um dos profissionais entrevistados informou participar de movimento em defesa da educação, o que expressa uma tendência de baixa participação política da população em geral.

O perfil das assistentes sociais do Rio de Janeiro nos pareceu bastante interessante e potente. Resumidamente, podemos afirmar que estamos diante de mulheres jovens, em suas primeiras experiências profissionais, funcionárias públicas concursadas, que se autodeclaram negras, ingressantes em uma política importante, dotada de sentido social, mas que foi construída sob bases legais e de organização frágeis, que esteve em expansão nos últimos 13 anos, mas que se encontra em momento de indecisões, frente aos ataques ao seu financiamento e à educação pública de forma geral.

Finalizando este item, destacamos que estas profissionais estão trabalhando remotamente (como nos revelará nosso *clipping*), em um contexto de muitas demandas, diante do isolamento social, onde as instituições de formação foram fechadas, adotando-se de estratégias inspiradas no modelo de Educação a Distância (EAD), as chamadas atividades remotas emergenciais. Este quadro tem sido complexo e de difícil execução, pois em um país extremamente desigual, profissionais da educação e estudantes se veem diante dos desafios (e muitas vezes, da impossibilidade) de uma interação que supõe a abertura de suas casas, a estruturação de novos materiais de orientação a estudantes, adaptação de currículos e a proposição de metodologia de aprendizagem não presenciais, em condições de vida adversas, marcadas pelo isolamento, pelo medo do adoecimento

e pela instabilidade econômica. Este quadro ficará expresso em nosso *clipping*, outra construção cotidiana em nosso grupo.

Um *clipping* é um instrumento muito utilizado no campo da comunicação. Trata-se de um material elaborado a partir de informações de conteúdo público, colhidas em veículos informativos diversos, como rádio, *sites, blogs*, redes sociais e, mais recentemente, *lives*. As notícias nos chegam por meio de "ferramenta de alerta na *internet*", a partir do termo "assistência estudantil". Nós fazemos a triagem das informações, destacando os assuntos que mais se repetem e destacam. Realizamos esse levantamento em jornais, revistas e sites de instituições educacionais, em suas comunicações pela *internet*[13]. Assim, estabelecido um período (no nosso caso, mensal), podemos observar os assuntos que mais surgem na mídia nacional sobre um determinado tema, entendendo que estes podem expressar conteúdos de relevância no campo pesquisado. Isto posto, passemos à apresentação dos *clippings*.

Durante o isolamento social determinado pela epidemia da COVID 19[14] o NEEAE buscou dar continuidade às atividades, realizando reuniões, grupos de estudos, *lives,*, mantendo a regularidade da confecção dos nossos *clippings*. Certamente, todos fomos impactadas pelo isolamento, já que o aprendizado e as trocas proporcionadas pela vida presencial não são alcançáveis na modalidade remota. Portanto, admitir que nossa interação e trocas caíram em qualidade é preciso, considerando que aprender isoladamente é um fenômeno excepcional, que não deve ser normalizado. Apesar destes limites, conseguimos organizar os nossos *clippings*, em menor escala, entendendo que seu conteúdo pode expressar alguns momentos da pandemia e suas repercussões no campo da assistência estudantil brasileira.

[13] Ele pode ser feito também, a partir de jornais e revistas físicos, por meio de monitoramento também físico.

[14] A crise sanitária que se instalou nacional e internacionalmente com a disseminação da COVID19 potencializa uma série de questões de ordem política, social e econômica, o que, em nossa realidade periférica que desprotege a força de trabalha, reduz direitos, degrada a natureza, concentra renda e poder, suas expressões se manifestam ferozmente.

Isto posto, tracemos breve destaque sobre a educação na pandemia. O momento pandêmico tem propiciado o aprofundamento das múltiplas expressões da questão social, como por exemplo, o desemprego, o desalento, o adoecimento físico e mental e a morte por precárias condições de vida, além da fome (AUGUSTO e SANTOS, 2020).

Em nossos *clippings*, como expressão dessa realidade apresentamos diversas informações sobre este contexto. Em nosso primeiro *clipping* do isolamento social, datado de abril/2020, já destacávamos a COVID 19 e seus impactos sobre a frágil educação brasileira". Destacaremos os temas de destaque na mídia em torno dos temas educação e assistência estudantil ao longo desse primeiro ano pandêmico, coletados para o nosso *clipping*.

Neste início do isolamento já era possível vislumbrar inúmeros desafios: a saúde mental de professores, pais, mães e alunos neste cenário, o limitado e frágil acesso à internet dos estudantes, a sobrecarga às mulheres, a falta de suporte material aos professores, o corte de recursos da educação, a preocupação com a alimentação de alunos e alunas da Educação Básica e a romantização do formato excludente do EaD. Outro ponto importante a se destacar é a mobilização das equipes profissionais da assistência estudantil, organizando estratégias que amenizassem as dificuldades ocasionadas pelo fechamento das instituições educacionais com a pandemia. A gestão do fundo público destinado à Assistência Estudantil também foi tema de destaque. Observamos a realocação dos recursos da assistência estudantil, destinados às bolsas emergenciais, alojamentos e restaurantes, redestinados para viabilizar o acesso ao ensino remoto. A falta de infraestrutura das instituições e suas dificuldades sanitárias, bem como o abismo gerado entre estudantes que não conseguem ter acesso às atividades remotas e os demais, também foram temas destacados. Um ponto importante foi a aprovação do FUNDEB, especialmente em uma conjuntura tão regressiva. Houve destaque também para os dez anos da Política Nacional de Assistência Estudantil [PNAES], com a organização de eventos a respeito.

Outros temas de destaque foram: a Assistência Estudantil para alunos da Pós-graduação, o Auxílio Inclusão Digital, a aplicação de questionários com o intuito de obter informações sobre os alunos na pandemia. Cresceram as *lives* promovidas por diferentes grupos vinculados à educação, debatendo o isolamento social e seus impactos, buscando discutir e entender os caminhos possíveis para a política educacional e para as escolas diante deste cenário de isolamento social.

O *clipping* tem refletido, ainda, sobre o corte no orçamento nas universidades federais para 2021, já que pandemia passa a ser justificativa para tais regressões, ampliando as dificuldades deste momento de incertezas e tensões. A falta de recursos e seus possíveis impactos sobre a assistência estudantil também são motivos de preocupação, já que o corte de bolsas aprofunda dificuldades na vida acadêmica no isolamento.

Tratamos, ainda, dos desafios para o trabalho dos profissionais da educação em um contexto extremamente adverso, em que são chamados a atuar de maneira exaustiva e sem os meios adequados. Percebemos o crescimento de medidas emergenciais neste campo: a distribuição de kits alimentação por meio de recursos obtidos através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar); a oferta de instrumentos de acesso à *internet* durante a pandemia. Também cresce a mobilização de estudantes e trabalhadores em defesa da pesquisa e da assistência estudantil. No campo do acesso, encontramos a resistência de pré-vestibulares comunitários que sobrevivem em meio à pandemia, inclusive realizando campanha de arrecadação de livros didáticos.

Segundo verificamos em nossos *clippings* a assistência estudantil tem como desafios a conquista do acesso às aulas remotas, minimizando burocracias neste percurso, dialogando com estudantes, denunciando o desfinanciamento. Importante analisar, sistematizar e encaminhar as dificuldades pedagógicas e de ordem psicológica, bem como otimizar canais de comunicação. São muitos desafios neste país continental, complexo e desigual.

3 – BREVES CONCLUSÕES

A COVID19 trouxe consigo a potencialização da crise estrutural capitalista, com seus novos desafios no campo econômico, epidemiológico e das políticas sociais (PNAD COVID19, 2020), aprofundando escancaradamente as expressões da questão social.

Em nossa pesquisa temos destacado a COVID-19 e seus impactos sobre a frágil educação brasileira" buscando entender e pensar as respostas das instituições educacionais frente à pandemia. Temos, também, encontrado intenso debate sobre o ensino remoto, a falta de previsão de retorno às aulas presenciais, com instituições pensando e planejando atividades de ensino emergenciais e as lacunas educacionais a serem enfrentadas nesta política.

Nossos encontros reforçaram a relevância da experiência de pesquisa e extensão no contexto da pandemia e como reforço ao pertencimento e à permanência estudantil. Nosso grupo segue se fortalecendo para os desafios do aprendizado e do acesso e da permanência no período pandêmico.

4- REFERÊNCIAS

ALGEBAILE , E. Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009

AUGUSTO, Cristiane e SANTOS, Rogério Dutra dos. Pandemias e Pandemônio no Brasil São Paulo. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020. Disponível em http://www.defesaclassetrabalhadora.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandem%C3%B4nio-no-Brasil.pdf, acesso em 02/08/2020 .

BRASIL, MEC INEP, Censo da Educação Profissional 2019. Disponível em http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0, acesso em 05/04/2020

BRASIL. PNAD COVID19, 2020. Disponível em https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/. Acesso em 13/08/2020

BONFIM, Paula, ALENCAR, Monica, SCHEFFER, Graziela. A realidade dos estudantes da FSS/UERJ em tempos da pandemia. Dados preliminares. Rio de Janeiro, UERJ, 2020

CEPAL. Sistemas integrais de cuidado são fundamentais à recuperação econômica da América Latina. Disponível em https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-

onu-mulheres-sistemas-integrais-cuidado-sao-fundamentais-recuperacao, acesso em 02/10/2020

FIOCRUZ. Coronavírus. Brasil mostra que é projetado para matar pobre em pandemia. Disponível em http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48898. Acesso em 14/05/2020

FONAPRACE. V Pesquisa do perfilSocioeconômico e cultural dos(as) graduandos(as) dos IFES, 2018. Disponível em http://www.fonaprace.a.difes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioecono%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf . Acesso em 03/04/2020

MARX, Karl. Para crítica da economia política do capital. Coleção Os Pensadores. Rio de Janeiro: Editora Nova Cultural, 1985
MINAYO, Maria Cecilia, DESLANDES, Sueli Ferreira, NETO. Otávio Cruz e GOMES, Romeu. Pesquisa social. Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis, Vozes, 1994

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília, n. 3, 2001. 2001.

PRADA, Talita e GARCIA, Maria Lucia Teixeira. Perfil das assistentes sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Brasil. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, 129, pag 304-325, maio/ago, 2017

PRATES, Jane Cruz. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. Revista Textos e Contextos. 2012. Disponível em http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/11647 , acesso em 11/02/2020

REVISTA FONAPRACE 25 ANOS. ANDIFES, UFU, Uberlândia, Minas Gerais, 2012 Disponível em http://www.proae.ufu.br/sites/proae.ufu.br/files/media/arquivo/revista_fonaprace_25_anos.pdf. Acesso em 10/04/2020

REVISTA COLEMARX. Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social: porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação, UFRJ, 2020, pp. 1-26.